



Sindjus

BOLETIM SEMANAL

Filiado à CUT/FENAJUFE

Sindicato dos Trabalhadores do Poder Judiciário
e do Ministério Público da União no DF

11 de setembro de 2008

PARTICIPE!

Debates para a construção
do novo Plano de Carreira

PRR: 17/09, 13h30

PR/DF: 17/09, 16h

MPDFT: 25/09, 13h30



Ampliar atribuições sim, reduzir jamais!

A luta pela construção do nosso plano de carreira tem uma motivação especial – preservar a nossa carreira. A intenção das administrações tem sido a de terceirizar, informatizar, criar meios de solução de conflitos que não dependam do Poder Judiciário, reduzindo o seu tamanho, a sua importância e seu quadro de servidores. Dessa forma, nossa carreira corre sério risco. Por isso, a nossa necessidade de remar contra essa tendência de reduzir as atribuições dos servidores.

Mais do que definir as atribuições, queremos ampliá-las no sentido de salvaguardar o trabalho dos servidores que sempre demonstraram responsabilidade, potenciali-

dade e produtividade necessárias para dar conta do recado. No entanto, se não abrirmos o olho vamos perder a nossa identidade e o nosso papel transformador.

Além disso, precisamos definir, sob forma de lei, nossas atribuições de forma a permitir o desenvolvimento na carreira. Assim, quem entrar para o Judiciário e para o Ministério Público por meio de concurso público saberá as atividades que terá de desenvolver após um ano de posse, dois anos de posse, dez anos de posse. Definida as atribuições, evitaríamos dois prejuízos: o desvio de função e o fato de um recém-empossado desempenhar a mesma atividade de um servidor que tem dez anos de casa.

PREENCHA O QUESTIONÁRIO

Para construirmos esse conhecimento, precisamos contar com a sua participação. Responda ao questionário, desenvolvido pelo consultor em gestão de cargos, carreira e remuneração, Angelino Rabelo dos Santos. São algumas perguntas simples sobre atribuições, que está sendo enviado para o email de cada filiado. Se você quer defender sua carreira, responda a essas questões, enviando as respostas o mais rápido possível para o sindicato. Como queremos ter o anteprojeto do Plano de Carreira pronto até o final de novembro, o ideal é que você responda esse questioná-

rio até o dia 20 de setembro.

Além desse questionário, está sendo enviado um ofício para os Diretores-Gerais dos Tribunais para que disponibilizem todo material de estudo necessário para definirmos as atribuições de forma mais justa possível. Para completar essas frentes de trabalho, o professor Angelino vai assessorar cinco oficinas com analistas, técnicos e auxiliares, que serão montadas a partir dos Grupos de Trabalho que movimentaram os seminários sobre Plano de Carreira, em agosto. Todos os órgãos estarão representados nessa discussão.

Em defesa da carreira

O gesto pode parecer simples, mas ao responder o questionário você estará dando um passo importante em defesa da sua carreira. Fique atento a sua caixa de email e poste as respostas para planodecarreira@sindjusdf.org.br. Caso não receba o questionário, entre em contato com nossa central de atendimento (3224-9392). Participe!

PESQUISA SINDJUS

Última chance de concorrer à TV

Jaime Alves dos Santos, técnico judiciário da Justiça Federal, recebeu a terceira TV de LCD sorteada pela Pesquisa Sindjus 2008. "Eu respondi à pesquisa, mas nem imaginava que poderia ser um ganhador", alegra-se ele. Jaime conta que participou da pesquisa na primeira semana, motivado não apenas pelo prêmio, mas pela melhoria do atendimento que o Sindicato objetiva atingir: "Acho que essa foi uma bela iniciativa do Sindjus. Quero que os meus anseios e os dos meus colegas sejam atendidos de forma rápida e direta."

Dois mil e setecentos associados responderam à pesquisa e estão concorrendo ao prêmio. Ainda é tempo de participar! Ajude-nos a construir um Sindicato completo para você e concorra à última TV. O sorteio será no sábado, dia 13. Basta acessar o site www.sindjudf.org.br e preencher o formulário.

VÔLEI DE PRAIA

As inscrições para o nosso campeonato estão abertas de 10 a 26 de setembro. Informações e inscrições em www.sindjusdf.org.br

**CONVENÇÃO 151
TRAMITAÇÃO POSITIVA**

A Convenção 151, que trata da negociação coletiva no âmbito do serviço público federal, estadual e municipal, passou a tramitar como projeto de decreto legislativo do Executivo e já pode contar com relatores nas comissões de Trabalho e de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados. A Convenção reconhece instrumentos válidos para a solução de conflitos, a mediação, a conciliação e a arbitragem. O Sindjus acompanhando atentamente a tramitação e vai lutar pela aprovação da matéria.

Presidente do TRF recebe Sindjus

Nesta terça-feira (9), Roberto Policarpo e Eliane Alves, dirigentes do Sindjus, conversaram com o Presidente do TRF, Jirair Aram Meguerian, sobre o aumento do número de cargos no Tribunal, de forma a combater a sobrecarga de trabalho dos servidores e as terceirizações irregulares.

Durante o encontro foi discutida a elaboração de um projeto de criação de cargos para a Justiça Federal e o TRF da 1ª região. O Presidente se comprometeu a buscar o apoio do Presidente do Conselho da Justiça Federal (CJF), Cé-

sar Asfor Rocha, para agilizar o processo de ampliação da estrutura de pessoal.

A audiência foi marcada após ofício enviado pelo Sindjus em 14 de agosto, solicitando reunião sobre o assunto. Desde então, os coordenadores do Sindicato já compareceram a duas outras reuniões com dirigentes do Tribunal. Eles também apresentaram ao Presidente do TRF demandas relativas aos passivos referentes a juros do reenquadramento do art. 22 da Lei 11.416/06, o restante dos juros dos 11,98 e dos retroativos dos quintos.

**Licença-maternidade de seis meses já é lei**

O presidente Lula sancionou nesta terça-feira o projeto que amplia a licença-maternidade de quatro para seis meses. Para as servidoras públicas, a mudança entra em vigor imediatamente. Para as funcionárias de empresas privadas, a prorrogação da licença só vale a partir de 2010; ela dependerá de negociação com o patrão, porque a concessão dos 60 dias a mais é opcional. A empresa que conceder a licença estendida poderá abater do Imposto de Renda a remuneração integral desse período adicional. Esse abatimento, entretanto, não inclui as micro e pequenas empresas do Simples, ponto vetado pelo presidente Lula. Também foi vetada a possibilidade de isenção de contribuição previdenciária na prorrogação da licença.

Segundo o coordenador geral do Sindjus, Roberto Policarpo, a nova lei "é uma vitória da sociedade brasileira, e coloca a nossa legislação em sintonia com as recomendações da Organização Mundial da Saúde, que recomenda um período mínimo de seis meses de amamentação." O projeto é da senadora Patrícia Saboya (PDT-CE), e foi elaborado em parceria com a Sociedade Brasileira de Pediatria.